

ANC pb

Antes do voto, a luta pelo trono

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O sistema de governo começa a ser definido pela Constituinte hoje, mas uma nova questão já divide os próprios parlamentaristas e provoca ironias entre os presidencialistas: o espaço físico a ser ocupado pelo primeiro-ministro, caso vença o parlamentarismo. Os presidencialistas fazem piadas. O líder do PFL, deputado José Lourenço por exemplo, sugere que o primeiro-ministro despache no Palácio do Planalto e o presidente da República, "que não vai ter o que fazer, vá para o Itamaraty".

Enquanto a solução para o problema não é discutida entre os parlamentaristas, várias propostas estão surgindo. O senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF) participou do único governo parlamentarista já existente no Brasil, com Tancredo Neves ocupando o cargo de primeiro-ministro, e defende a repetição da experiência. Ou seja, chefe de governo e chefe de Estado ocupando o Palácio do Planalto. Naquela época, o presidente João Goulart despachava no terceiro andar e Tancredo Neves no segundo, bem abaixo do gabinete presidencial.

A solução é considerada "ideal" pelo deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), que se diz um parlamentarista "desde a infância". Já o

líder do PCB, deputado Roberto Freire, defensor do mesmo sistema de governo, não concorda com a co-habitação administrativa proposta por Pompeu. "O primeiro-ministro deve despachar aqui no Congresso, porque, num regime parlamentarista, a presença desta figura no plenário é muito comum e a ligação entre Executivo e Legislativo é grande", afirma.

Se o local de trabalho ainda é discutido, o Palácio do Jaburu ganha unanimidade entre os parlamentaristas como a futura residência oficial de um primeiro-ministro, caso mude o sistema de governo. O Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente, está desocupado e destina-se atualmente a receber hóspedes estrangeiros.

Para o deputado presidencialista Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), a questão, mesmo, seria o futuro gabinete do presidente da República, já que o Planalto, na sua opinião, "como símbolo do poder" que sempre foi, deveria ser ocupado pelo primeiro-ministro. "Quem está sentado no Palácio do Planalto, em princípio, é o mais forte. O presidente abriria mão do lugar?", pergunta. Também presidencialista, o deputado petista José Genoíno ironiza: "É só fazer um anexo do Planalto, já que a Câmara e os ministérios estão cheios deles".



General explica a posição do Exército

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Eleições em 1988 estão "fatalmente ligadas" à perturbação da lei e da ordem; assim sendo, não restará ao Exército e às Forças Armadas outro caminho que o da interferência nos assuntos nacionais não-militares. A afirmação foi feita ontem pelo chefe do Centro de Comunicação Social (CCS) do Ministério do Exército, general Olavo Guimarães. Ele ressaltou que a eventual interferência teria o objetivo de "manter a lei e a ordem", segundo a Constituição em vigor, "sem que isso implique golpe".

As declarações de Guimarães foram feitas a propósito de rumores de uma possível mudança na posição do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, quanto aos dois principais temas em debate na Constituinte: duração do mandato do presidente Sarney e sistema de governo. Segundo o chefe do CCS, Leônidas possui posição definitiva sobre as questões: é favorável ao presidencialismo e ao mandato de cinco anos. Guimarães afirmou que a maior preocupação do ministro é mesmo relativa ao mandato, o que teria originado os boatos. O fato de haver maior tolerância quanto à aprovação do parlamentarismo não muda a posição de Leônidas, segundo disse o chefe do CCS.

Filhotismo golpista

VICTOR FACCIONI

O presidencialismo foi implantado no Brasil de carona e pelo golpe. De carona, junto com a Proclamação da República e, pelo golpe, vem-se perpetuando desgraçadamente na história política republicana deste país. Ao se perpetuar, filho legítimo do golpe ilegítimo, o presidencialismo vem gerando outros filhotes, que são golpes e mais golpes, com o que se tem caracterizado a vida política do nosso país.

Não é uma luta nova a da mudança de sistema de governo, ela vem dos primórdios da implantação da República. Ruy Barbosa, antes presidencialista, arrependido do erro inicial, depois converteu-se, pronunciando as mais graves condenações ao sistema que ajudara a adotar. Raul Pilla, Brito Velho, Nelson Carneiro e tantos outros colocaram inúmeras vezes a proposta do parlamentarismo de forma objetiva, insistente e oportuna. Nós mesmos apresentamos em 1982 a Emenda Constitucional nº 59, que até hoje não foi apreciada pelo Congresso Nacional, porque os presidencialistas encravados na mesa do Congresso sempre impediram que fosse apreciada. Constituímos em 1983 a frente parlamenta-

rista do Congresso Nacional, que tem como presidente o senador Nelson Carneiro, e nela atuamos na condição de secretário-geral. Recolocamos na Constituinte a proposta do parlamentarismo, e por que re-colocamos? Em primeiro lugar, exatamente pela assertiva de ser o único sistema capaz de garantir o aperfeiçoamento e consolidação da democracia. Segundo, porque foi a principal proposta que apresentei ao povo do meu estado nas últimas eleições, graças ao que fui levado a esta Assembleia Nacional Constituinte, para nela defender, re-colocando, como recoloquet, a necessidade da mudança.

Casuísmo, hoje, é forçar a manutenção do presidencialismo. Por isso, o Plenário da Constituinte, não tenho dúvidas, aprovará a proposta de mudança do sistema de governo, decidindo pela implantação do parlamentarismo, sem o que não haverá mudança de espécie alguma na vida política do País.

Ao aproximar-se o momento da Assembleia Nacional Constituinte decidir a respeito do sistema de governo, o Palácio do Planalto empenha-se tenazmente na sobrevivência do sistema presidencialista, aliando-se, paradoxalmente, ao Lula, Brizola, contrários ao Pla-

nalto, e a todas as demais forças dispostas a defender esse sistema de governo, sistema, diga-se de passagem, do poder pelo poder, ou do governo para os amigos e compadres, para os companheiros, e não do povo, pelo povo e para o povo brasileiro. Sistema que estatizou a economia e inviabiliza a democracia.

Por outro lado, é importante destacar que a opção parlamentarista não representa uma fórmula casuística. A idéia foi ampla e exaustivamente debatida e, no momento da grande decisão, quem estiver pensando somente em si, e apenas no dia de hoje, estará equivocado, porque estes dias passarão rapidamente e nós também passaremos. Temos, pois, de tratar do legado que vamos deixar para o povo brasileiro e para o Brasil de amanhã. Creio que o melhor, o mais importante, o legado fundamental, sem o qual tudo o mais será fugaz e ilusório, é o da mudança do sistema de governo. Este constitui o epicentro do exercício do poder. Sem delinear bem a organização e o funcionamento do poder, não conseguiremos garantir o seu bom exercício, com o aperfeiçoamento e a consolidação da democracia.

Victor Faccioni é constituinte do PDS do Rio Grande do Sul